

## O CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL: A PROMOÇÃO DE DEBATES ENTRE MILITARES E CIVIS.

---

**Professor Dr. Cláudio de Carvalho Silveira**

*Professor do Departamento de Ciências Sociais e Educação - Faculdade de Educação da UERJ e do Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da UNESP-Franca.*

### RESUMO

O texto aborda a participação do CEPE-EGN na promoção de seminários e debates entre militares e civis nos temas e questões referentes ao cenário político-estratégico brasileiro e mundial do final do século XX e início do século XXI, tais como: terrorismo, Amazônia, o Atlântico Sul e a missão da Marinha, o preparo e o emprego dos militares no mundo contemporâneo, a supremacia mundial dos EUA etc. Considera também o ambiente institucional de mudanças na formação militar-naval e no meio civil político e acadêmico brasileiro, que tem se tornado favorável a uma discussão mais ampla das questões nacionais e internacionais, no contexto democrático. Isto demonstra que há um processo de modernização institucional que permite estabelecer que a defesa é um bem coletivo e deve fazer parte da agenda da opinião pública em nosso país.

Palavras-Chave: Marinha do Brasil - Centro de Estudos de Política e Estratégia - Relações Cívico-militares - Defesa Nacional - Política Internacional.

### ABSTRACT

This paper discusses the participation of CEPE-EGN in symposiums and debates between civilians and military people on

themes about policies and strategy directions at the end of XX century and the beginning of XXI century such as terrorism, Amazonia, South Atlantic, Navy missions, employment of military personnel in world scenario, USA dominance etc. It discusses also the changes in brazilian naval and military formations, in the politics visions and academic perceptions which have become favorable in a broader sense in national and international environment. It demonstrates there is a modernization process that allows public opinion to perceive defense as a collective asset.

Keywords: Brazilian Navy - Center for the Study of Policy and strategy - Civil-military Relations - National Defense - International Policy.

## INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar e analisar as principais questões sobre o Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil (MB). Ao completar 90 anos de existência, a EGN tem promovido, através do CEPE, simpósios e debates com especialistas nacionais e estrangeiros, sobre a realidade nacional e internacional relacionando-as com o pensamento político-estratégico e o preparo, emprego e missão do Poder Naval brasileiro. Neste sentido, temos a eleição de alguns temas, tais como: Amazônia Azul, Revolução dos Assuntos Militares, Guerra do Iraque, Missão da Força Naval, Estratégia Nacional, Terrorismo, Indústria Nacional de Defesa, Cultura da Guerra, Doutrina Bush, Atuação do Poder Legislativo etc.

Entendemos que a condução destes eventos representa uma dinâmica que investe num maior conhecimento da situação social para a formação dos oficiais de estado-maior, que são considerados pela corporação naval, como tendo necessidades de possuir uma capacitação no campo do gerenciamento e da elaboração intelectual, em nome do contexto atual interno e externo de maiores incertezas e dialogar com as outras instâncias governamentais e não governamentais. Há também uma tentativa de aprofundamento das relações com os civis, notadamente do meio acadêmico, o que permite maior intercâmbio de idéias e informações que são avaliados segundo a lógica da cultura da organização militar e sua

modernização. Notamos ainda, que isto é um processo autônomo, tal como ocorre nas demais Forças Armadas (FFAA) brasileiras, voltado para criar uma certa legitimação das escolas militares e sua adaptação aos novos tempos, os quais exigem maior preparo dos seus oficiais, ao criarem também os seus centros de política e estratégia, inspirados nas experiências dos países estrangeiros e de algumas universidades civis nacionais. Este é um exemplo de como as transformações sociais vão influenciando as instituições militares, ao mesmo tempo em que elas vão se organizando para manter seus interesses corporativos diante da realidade, no tocante ao regime democrático e às mudanças ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Assim, é relevante apresentarmos as finalidades do CEPE a partir da sua criação como uma forma de contribuir para a formação dos oficiais-alunos dos cursos de estado-maior da EGN e fazer uma articulação com os meios: governamental, empresarial acadêmico e societário. Neste sentido, descrevemos alguns dos temas presentes nos debates, de acordo com o exposto pelos civis convidados para discuti-los com a oficialidade sob diferentes perspectivas de análise. Depois de realizar alguns trabalhos abordando o pensamento estratégico militar-naval, aqui nos detemos no tipo de enquadramento feito por alguns intelectuais civis que participaram dos eventos promovidos pela EGN.

O trabalho está estruturado em duas partes e uma conclusão. Na primeira parte fazemos uma apreciação sobre algumas implicações sociológicas acerca da cultura brasileira e a educação, vinculando-as à formação dos oficiais-marinheiros. Levantamos também os aspectos que se relacionam ao contexto acadêmico, mais especificamente na criação da área de estudos estratégicos. Na segunda parte, tratamos do conteúdo daqueles temas que foram expostos pelos intelectuais e funcionários civis, especificamente no caso da região amazônica, do combate ao terrorismo e das missões das FFAA e as revoluções dos assuntos militares.

Por fim, fazemos considerações gerais à guisa de conclusão, de acordo as análises levantadas pelos participantes e as nossas questões sobre os eventos realizados.

## **A Educação Militar-Naval Brasileira e os Estudos Estratégicos**

A EGN, fundada em 1916, tem sido uma instituição de ensino militar-naval que segue o curso das demais escolas de estado-maior das FFAA brasileiras, preocupadas em desenvolver um tipo de formação voltada para o contexto do século XXI dentro e fora do Brasil. O CEPE-EGN foi criado em 1976 e regulamentado em 1991, como responsável pela promoção de seminários e debates de interesse sócio-político. Nosso entendimento é o de que a criação e a dinamização deste tipo de órgão passaram a ter importância dentro das escolas de estado-maior a fim de fomentar a prática da discussão dos temas e problemas que envolvem a missão, preparo e emprego dos militares, levando à consolidação de um tipo de oficial que seja um soldado-intelectual e / ou soldado-gerente, como exigência da realidade atual do mundo globalizado. Como se sabe, tais escolas, assim como a Escola Superior de Guerra (ESG), foram fundadas no século XX seguindo, sobretudo, os modelos francês, estadunidense e inglês, em consonância com as FFAA dos países da América Latina, mais especificamente, do espaço do Atlântico Sul. Isto foi feito dentro de uma lógica de modernização da organização militar, com vistas à melhor preparação para o combate, desde a Primeira Guerra Mundial. Em cada momento houve a importação de um ou outro modelo de concepção político-estratégico e doutrina, que foram sendo adaptados com mais ou menos propriedade à situação brasileira. Tal procedimento não tem sido próprio apenas das escolas militares, mas, é também uma prática bastante comum na educação civil, notadamente, no nível acadêmico brasileiro ao longo de sua história. Tenta-se criar um modelo explicativo que visa aprender com o ocidente e enquadrá-lo nas características nacionais ou simplesmente, ler a situação nacional a partir de um enquadramento teórico importado, sem muito senso crítico sobre a validade da sua explicação para um país distinto e razoavelmente distante da estrutura ocidental na qual esse modelo foi originariamente concebido. Isto é, nem sempre fazemos uma “redução sociológica”, de acordo com a proposta de Guerreiro Ramos (1965). Não obstante, há as iniciativas de construir um modelo autóctone, com a busca incessante da originalidade e da justificativa do patriotismo nacional, o que classifica as formas estrangeiras

como bastante ineficazes para explicar um país supostamente mais complexo e problemático como o Brasil. Neste aspecto, há um dado esforço para explicar o quanto nós somos “sui generis”, o que pode desembocar uma ênfase pessimista ou otimista, que chegue ao derrotismo ou ao ufanismo. Essas tendências são incitadas e difundidas segundo o contexto histórico-político, não se prendendo exclusivamente ao regime político, podendo ser encontrados na ditadura ou na democracia, levando em conta as pressões exercidas pelos países desenvolvidos e as incertezas no plano político-estratégico, onde está situada a realidade brasileira no contexto regional e mundial. Há os que se pronunciam de maneira moderadamente otimista e os que são pessimistas quanto às nossas possibilidades no plano estratégico da defesa e da segurança.

Há outro elemento importante que precisamos considerar sobre o desenvolvimento desses centros de estudos estratégicos militares que está relacionado às transformações da educação na sociedade brasileira. Como outras organizações as FFAA perceberam e, ao mesmo tempo, foram levadas a dar um tipo de formação mais apropriada aos seus praças e oficiais. Pode-se dizer que as instituições militares passaram pelo processo de modernização / pós-modernização que afeta a cultura societária, conforme já enfatizamos em trabalhos anteriores sobre a MB (Silveira, 2002). Temas e questões ainda subestimados ou inexistentes o passado passaram a ter relevância partir das transformações culturais de cunho tecnológico, como a educação a distância e o multiculturalismo, dada a valorização dos direitos humanos e as minorias sociais, os novos conflitos étnicos, as questões ambientais, as contenções à soberania estatal etc. De um modo geral, considera-se uma mescla de novas e velhas ameaças de origem estatal, para-estatal e não-estatal que vão influenciar na carreira militar e a sua função na sociedade.

Esses elementos externos são conjugados a outras características mais endógenas, como a mudança de uma educação tradicional para outra algo mais atual, que pretenda discutir criticamente, estimula a criatividade e a reflexão e o desenvolvimento de novas competências ajustadas ao padrão tecnológico vigente. Isto é feito dentro de uma linha de raciocínio apoiada nas concepções e métodos da administração de empresas e organizações públicas que são consagradas no mundo contemporâneo. Os oficiais precisam

estar mais preparados para reformular de conceitos, paradigmas e procedimentos associados ao contexto hodierno (Silveira, 2005). É notório que a educação brasileira tem sofrido modificações substantivas em todos os seus níveis a partir dos anos 1990, culminando com as discussões e propostas sobre a necessidade de uma reforma universitária (Brock & Schwartzman, 2005). A educação superior expandiu seu contingente docente e discente na graduação e na pós-graduação, assim como as transformações tecnológicas ocorridas modificaram as possibilidades de utilização de métodos e técnicas de ensino-aprendizagem. Estas criaram outras tantas oportunidades de qualificação profissional, aliadas às exigências do mundo do trabalho, que exige capacitação de recursos humanos para as gerações mais jovens e as mais idosas. Por isso exige-se, então, uma postura mais intelectualizada no tratamento das questões relacionadas ao trabalho por parte daqueles que o executam no interior das diversas organizações sociais.

As circunstâncias atuais cobram a necessidade tácita dos militares estarem conectados e antenados com o mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que visam preservar a sua autonomia institucional, que fortalece a criação desses centros de estudos. Com isso, visam acompanhar as tendências das FFAA dos países ocidentais e da América Latina, presentes nas suas universidades e academias militares. Como se sabe, os centros e núcleos de estudos passaram a existir no Brasil a partir da transição política para a democracia com o objetivo de refletir sobre a situação dos militares. O Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE-UNICAMP) foi o primeiro, por razões institucionais, logo seguidos do Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia da Universidade de São Paulo (NAIPPE-USP) e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (NEE-UFF). Mais tarde foi criado o Grupo de Estudos Estratégicos da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE-COPPEAD-UFRJ). Outras instituições acadêmicas criaram órgãos que, embora não tenham o termo “estudos estratégicos”, em seu nome, seguiram desenvolvendo pesquisa e formação de pessoas relacionadas à temática da defesa nacional, segurança internacional, história e memória militar, como o Centro de Pesquisa e

Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), o Arquivo Ana Lagoa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e, mais recentemente, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca (GEDES-CELA-UNESP-Franca). Estas e outras instituições colaboram e articulam debates, pesquisa e intercâmbios com as Escolas de Estado-Maior, além de vários órgãos do governo federal, localizados nos ministérios, além das empresas privadas e das organizações não governamentais. De um modo geral, estes espaços acadêmicos sustentaram e foram derivados das discussões encaminhadas pelos GTs da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) : Elites Políticas e de Relações Internacionais e Política Externa e muito, especialmente, pelo GT Forças Armadas, Estado e Sociedade a partir dos anos 1980.

Os estudos estratégicos têm ganho um espaço maior nas escolas de estado-maior no brasileiras. A promoção de simpósios e seminários na MB e nas outras FFAA atende às necessidades institucionais dos cursos de formação no nível de estado-maior e às demandas de inserção dos militares no meio acadêmico nacional, com uma significativa passagem do mundo militar ao civil depois da reforma às portas de alcançar o coronelato / generalato. Muitos oficiais-marinheiros vão se tornar professores e alunos das instituições universitárias civis, ou anda, membros de ONGs e de empresas públicas ou privadas. Por isso se especializam em determinadas áreas de conhecimento, fazendo alguma pós-graduação, tentando se capacitar para a vida depois de deixar a caserna. Assim, as FFAA passaram a patrocinar e a sediar alguns dos eventos na área como, os Encontros de Estudos Estratégicos, tal como realizados pela Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SARE) no governo Collor e nas suas novas versões na Escola de Comando e Estado-Maior do exército (ECEME) na EGN e no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República GSI, depois de haverem sido realizados pelas universidades públicas e privadas nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e em Brasília.

Contudo, a articulação desses eventos permitiu que os militares centralizassem a Secretaria dos Estudos Estratégicos, que congrega alguns civis e militares envolvidos nessa área, funcionários dos

ministérios federais. Há um estímulo governamental para que os estudos estratégicos sejam difundidos, ao lado do conhecimento da defesa nacional, como é o caso da Secretaria de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa (MD) e a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da presidência da República (GSI). Além disso, existe a criação dos seminários de defesa nacional para professores e alunos civis e militares, com o intuito de manter intercâmbio cultural e de criar uma consciência maior sobre as questões de defesa nacional para a juventude brasileira.

Em vista do exposto, nosso intento é apresentar e analisar a seguir, os objetivos do CEPE-EGN na promoção de debates de temas de interesse nacional durante os primeiros anos do século XXI. De modo mais específico, nos deteremos em tratar da contribuição que alguns civis têm dado à instituição militar-naval, abordando alguns desses temas diante das necessidades da defesa nacional.

## **Os Objetivos e Debates do CEPE-EGN**

O CEPE promoveu recentemente muitos debates sobre uma variedade de temas: Amazônia, revolução de assuntos militares, situação dos Estados Unidos da América (EUA) pós 11 de setembro, Oriente Médio, missões das FFAA na garantia da lei e da ordem, planejamento das operações navais, segurança das águas jurisdicionais brasileiras e as atividades econômicas, comando na guerra, indústria bélica e a atuação do Poder Legislativo na conjuntura nacional. Conforme publicação própria, o CEPE se apresenta da seguinte maneira:

“O Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE), órgão de assessoria executiva do Diretor da EGN, foi criado em 1976 e teve seu Estatuto aprovado em 1991. Esse documento estabelece sua finalidade como sendo a de “contribuir para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro” e prevê a constituição de um Corpo de Colaboradores Permanentes. No momento, o Corpo de Colaboradores Permanentes do CEPE é constituído por 17 Almirantes-de-Esquadra, 17 Vice-Almirantes, 9 Contra-Almirantes, 8 Capitães-de-Mar-e-Guerra, 1 General, 1 Embaixador, 1 Conselheiro e 3

Professores. As tarefas do CEPE, descritas no artigo 15 do Regimento da EGN, são as seguintes: *estudar, analisar e avaliar documentos ou publicações de relevante interesse para a MB; promover debates, seminários e simpósios para discussão de assuntos de interesse da MB; e promover a seleção, elaboração e disseminação de leituras selecionadas, ensaios, monografias e livros, por meio do Conselho Editorial, visando despertar interesse para temas relevantes, além da atualização e disseminação de conhecimentos*”. (EGN, 2001).

Nosso posicionamento é o de que existe validade na criação de um espaço institucional como o CEPE, desde que esteja articulado com as outras FFAA e as universidades, dentro de uma moldura estabelecida pelo MD. As universidades civis podem e devem continuar cooperando na expansão do debate político-estratégico, bem como na realização de convênios de formação de pessoal civil e militar, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Ensino Científico e Tecnológico à Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA), instituído em 2005 pelo governo federal. Este programa reúne as características e possibilidades das universidades e das academias militares que podem ser reunidos para produzir conhecimento e capacitar os profissionais, criando uma massa crítica capaz de elaborar análises e patrocinar sugestões no âmbito dessa temática, como é o caso de C&T, segurança internacional e defesa, educação para a defesa, história militar e cultura brasileira etc. Entendemos que o CEPE-EGN não deve ser um espaço de mero aumento da autonomia institucional em relação ao aparelho de estado. Ao contrário, pode contribuir para estabelecer vínculos maiores com o poder civil e a sociedade da qual fazem parte, pois o debate acerca dos temas pertinentes à defesa nacional é, em si, um ato de justificativa da necessidade de maior entendimento que vê se travando e se consolidando no contexto democrático. Isto significa dotar a comunidade de defesa de um potencial de aprofundamento da relação entre civis e militares a bem da democracia e do desenvolvimento do país nas diversas áreas da ciência e da tecnologia. Conforme mencionamos anteriormente, já tratamos de mostrar esta importância ao pesquisar a formação militar-naval brasileira, considerando conteúdo do discurso feito pelos oficiais da MB. Entretanto, aqui pretendemos enfatizar a participação dos civis nos simpósios e debates promovidos pela corporação através do

CEPE para retratar que tipo de civil e de argumentação usa em contribuição ao pensamento político-estratégico feito no país que pode ser destinado a colaborar como uma referência de análise e planejamento da defesa nacional brasileira, no que tange à missão da MB. Nisso, reconhecemos a tentativa da corporação naval em articular uma discussão que seja encaminhada por intelectuais de diferentes perspectivas e tendências, contribuindo para a pluralidade da ordem democrática.

Assim, trataremos de exemplificar a contribuição dos civis com três dos temas referidos acima, por nossa livre escolha, em função das limitações deste trabalho: a região amazônica, o terrorismo e a revolução nos assuntos militares. Sabemos que todos estes e os demais merecem uma reflexão específica à parte, o que poderia vir a ser feito noutra ocasião. Escolhemos estes três assuntos por sua importância no cenário interno e externo, que implicam na discussão de novas questões para a missão, preparo e emprego, ou seja, para a construção da identidade atual da MB. Lembramos que, para exemplificar tais argumentos e as suas implicações para o preparo e o emprego militar-naval, escolhemos temas que implicam no pensar as atribuições clássicas e as novas missões, como desafio para analisar as atribuições da Força Naval brasileira.

Os argumentos aqui apresentados pelos civis são, na sua maioria, moderadamente otimistas em relação ao país e ao subcontinente e pessimistas em relação aos EUA e o crescimento de sua presença no mundo, pois ela se reflete na maneira como este país passa a se relacionar com a América do Sul. Por isso o surgimento das propostas de busca por caminhos alternativos, como é o caso de maior aproximação com a Europa e a Ásia.

## **Amazônia**

A região amazônica é o alvo de maior preocupação em termos dos recursos efetivos que o Brasil possui para fazer frente às hipóteses de ameaças relacionadas a ela. Por isso, o assunto carrega uma dose maior de pessimismo dentre os demais aqui apresentados, segundo o que descrevemos a seguir.

Sobre a Amazônia houve um seminário no CEPE a respeito do conceito de “Amazônia Azul” para explicar a importância do uso de

nosso mar jurisdicional com a participação de um especialista da Secretaria Especial da Pesca e uma engenheira da Petrobrás. A MB desenvolve atividades técnico-operacionais e cívico-sociais nesta região, onde também conta com a presença do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB). O trabalho de fiscalização da navegação fluvial e a proteção do litoral norte é muito importante para a presença da MB na região. Contudo, o termo “Amazônia Azul” ganha notoriedade porque passou a se uma metáfora criada no interior da corporação para tentar explicar a população brasileira para a importância do mar e motivá-la a desenvolver uma consciência de maritimidade. Nestes termos, a metáfora visa dotar as águas marítimas de um significado bastante ampliado, para além da visão comum da importância turística e mercantil do litoral brasileiro. Aqui há uma tentativa de difundir por todos os meios a idéia de que temos um patrimônio cultural e ambiental cheio de riquezas, como a pesca, os nódulos polimetálicos e as jazidas de petróleo exploradas ou em prospecção. Dessa forma, combina-se com a Sociedade dos Amigos da Marinha (SOAMAR) um projeto de envolvimento dos estudantes universitários para se candidatarem a um prêmio sobre o tema. Este concurso tem a participação da MB, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) da Petrobrás e associação de seus engenheiros, do sindicato dos armadores e de várias outras empresas.

Outro exemplo foi a promoção de dois debates sobre a região amazônica, envolvendo especialistas civis e militares, como parte de uma estratégia de divulgação e publicidade, que funciona como uma ação cultural significativa para a sociedade brasileira, mas, é também uma maneira da corporação se apresentar ao país e dizer-lhe que precisa de uma Força Naval que tem como missão precípua defender seus interesses no mar. Para tal, é mister incrementar os recursos financeiros capazes de promover a modernização dos meios navais existentes e construir outros a médio e longo prazo. Na percepção militar, a defesa da região amazônica é subsidiada pela visão mais técnica e especializada com base no conhecimento geográfico sobre a conformação física, as divisões e as subdivisões, as estimativas para fazer um inventário da Hiléia, o potencial hídrico, a necessidade de saber do seu patrimônio genético e as questões acerca do uso do solo no campo da mineração e da agricultura

(Gama e Silva, 2003). Como é próprio da mentalidade militar, sempre se evoca as tramas possivelmente articuladas pela superpotência, como aís ma vez ocorre com os assessores de W. Bush, como Wolfowitz, que manifestou a preocupação com a defesa da região por seu país, o qual, juntamente com a Agência de Inteligência do Ministério da Defesa dos Estados Unidos (DIA), considerou-a uma hipótese de guerra, e as ONGs, que intentam “preservar” e conhecer a sua s características com o intuito velado de domina-la através da ciência. Volta-se aqui à responsabilidade governamental: fazer um zoneamento ecológico econômico, proteger as entradas e saídas terrestres e fluviais, além do espaço aéreo da região e impedir a atuação de empresas estrangeiras. Proteger a Amazônia significa também proteger a região das atividades ilícitas na esfera criminal nacional e transnacional que encontram mais facilidades nesta parte do país para se proliferar (Barbosa, 2003). Assim descreve-se que as FFAA precisam estar articuladas para ajudar a o governo a lidar com estas ameaças e cumprir as determinações da Política de Defesa Nacional (PDN) para a região nos pelotões de fronteira nas águas ribeirinhas e nas cidades, revitalizando o Programa Calha Norte (PCN) e aprofundando o funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Um quadro mais amplo da disposição da máquina militar no espaço amazônico justificaria a transferência de unidades e criação de outras, como se fez em relação ao Batalhão de Fuzileiros Navais, procedimento bastante significativo na evolução do preparo e emprego da Marinha. Estas além das as diversas atividades cívico-sociais na área de saúde e educação, proteção ambiental, demarcação das terras indígenas são ações que podem ajudar na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável e na preservação dos interesses nacionais brasileiros.

Notamos que sobre o tema da região amazônica, houve pouca participação de civis como expositores, por razões de força maior. A visão política sobre a região amazônica ressalta que ela é “o nosso maior desafio”, ao mesmo tempo fonte de preocupações constantes de todos os brasileiros, e razão de orgulho por ser parte do território nacional, de tanta diversidade e alvo de biopirataria, a Amazônia, conforme expressa o senador Artur Virgílio (2003). Este tipo de argumentação é ao mesmo tempo otimista pelo potencial natural

da região, e também pessimista, por causa das ameaças que pairam sobre a sua fauna e a flora, o que vão desde a preservação do cupuaçu como patrimônio nacional a rechaçar as tentativas da comunidade internacional em declarar a Amazônia como patrimônio da humanidade. Em vez disso, ela deve ser, sim, um “patrimônio a serviço da humanidade”, mas não se submeter ao seu controle total em termos políticos e militares. Aqui o senador expressa uma visão parecida com as motivações de Rodon: é necessário que os brasileiros conheçam a Amazônia, do mesmo modo que o governo integre as suas ações interministeriais para atuar na região, como pode ter sido feito com o SIVAM.

Em nossa perspectiva esse tipo de discurso que foi assumido pelo setor de relações públicas da corporação opera como um “lobby” a fim de criar uma base de legitimidade na opinião pública e nas esferas governamentais, a fim de fugir do risco de sucateamento e da inoperância tática por causa da defasagem tecnológica. Conquanto o EB e a FAB tenham respectivamente o Projeto Calha Norte e o SIVAM para dar conta, a MB toma uma atitude de mostrar seu papel nos dois espaços físicos, cujos riscos de expropriação estrangeira e desastres ambientais possam calar fundo nos corações e mentes dos brasileiros, renovando-lhes o nacionalismo. Assim, para a MB não basta mostrar apenas este espaço como responsável pela geração de uma considerável quantidade da energia utilizada cotidianamente pela população. É significativo indicar que o mar é um ambiente inexplorado e desconhecido em sua fauna e flora. Este é um argumento mais fácil de ser entendido pelos civis do que pura e simplesmente a preparação para a guerra clássica e as possibilidades de conflitos existentes em nosso tempo.

## **Terrorismo**

Verificamos que, nas análises dos civis participantes dos debates do CEPE sobre terrorismo, há uma preponderância de um otimismo regulado a um pessimismo circunstancial, onde se busca localizar os problemas e possibilidades do país no cenário regional e internacional. Isto é o que se dá com a visão sobre as FFAA no século XXI e o preparo-emprego militar-naval. Conforme podemos

ver na abordagem de Clóvis Brigagão (2001) na discussão sobre a situação pós-11 de setembro, as posições variam da constatação de que nosso país está numa Zona de Paz e Cooperação (ZPCAS), onde inexistem atividades terroristas, assim como existe a tentativa de aproximar o Brasil e seus vizinhos com as denúncias de atividades da Al Qaeda a na Tríplice Fronteira. Esta informação teria sido plantada pelo governo dos EUA e do Mossad, que reforça a linha conservadora, oportunista e alarmista dessas instituições. É certo que as preocupações com as atividades das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) sugeriram como algo a mais que pode ser combinado com as perspectivas daquela organização, o que teria uma repercussão bastante negativa não só para esse tipo ação política nefasta, mas, também, para desestabilizar a situação por si só, sempre preocupando da integridade territorial amazônica brasileira, que já sofre com as suspeitas de cobiça internacional pelos países do Norte e as ONGs. Em Brigagão notamos uma postura otimista regulada, que investe na instrumentalização do multilateralismo para conter a prepotência e a arrogância dos últimos anos da administração W. Bush, quanto da realidade formada pelo ambiente regional que propicia a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e da ZPCAS. Aliado a isso está a necessidade do maior envolvimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a conveniência da evocação do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR) adaptada a uma circunstância de guerra não convencional para combater o terror e chegar a um entendimento.

Sobre o terrorismo evidencia-se, após 11 de setembro, um “novo tipo de guerra” entre grupos armados e o Estado com um atentado acompanhado pela mídia, que mostrou o arruinamento de dois símbolos do poder dos EUA, de acordo com o embaixador Marcos Azambuja (2001). Isto que ocorreu como um aviso à comunidade internacional desafiou a capacidade do poder estatal para expressar seus objetivos. Por isso, seria relevante pensar nas lições advindas deste tipo de ação, que é não só um ultraje à paz, mas ainda um ferimento na lógica do sistema internacional, o que impede a disseminação do diálogo. O embaixador considera-se importante levar em conta estes aspectos para o mundo não enveredar no autoritarismo e a ascensão da barbárie. Os EUA foram

vistos como um país que precisou agir com cautela, consultando os aliados, buscando ouvir o Conselho de Segurança da ONU, mesmo levando em conta as divisões internas do governo W. Bush entre os moderados, como por exemplo, Collin Powell e os falcões, como Paul Wolfowitz. Como se sabe, a segunda versão ganhou as disputas internas no governo Bush com o qual os EUA passaram a ter uma posição mais acirradamente unilateralista e de extremas restrições aos direitos civis, incitando opinião pública internacional contra os vilões, mas atingindo a cultura árabe como um todo, repercutindo até na Conferência Islâmica. Para Azambuja o problema foi a visão maniqueísta implementada entre o Oriente e o Ocidente juntamente com a imposição de uma verdade absoluta, assemelhando-se ao terrorismo radical e fundamentalista. Isto levou a um tipo de isolamento dos EUA e à retomada das pressões da indústria bélica, como a tentativa de ressurreição do projeto de escudo espacial anti-míssil. Em contraste, a busca pela paz deve assumir a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a recusa da Lei de Talião, além de desenvolver as medidas de confiança mútua entre as partes.

A questão da luta entre o Ocidente e o Oriente foi levantada também por Livia Barbosa (2001). Para ela, mesmo para Samuel Huntington esta dicotomia já não servia para analisar o quadro mundial, levando-o a criar a denominação dos "blocos civilizatórios" onde estão a América Latina, o Mundo Árabe, e a África. Esta analista considerou que tal percepção deve ser posta em cheque por causa da herança comum apesar das muitas diferenças entre os ocidentais. Isto se dá porque, até mesmo os islâmicos compartilham de valores culturais em muito semelhante a do ocidente, embora também haja diferenças significativas, como o caso da religião, com tradições fundamentalistas e progressistas em ambos os casos.

Notamos aqui a ênfase em adotar outra maneira de entendimento sobre a realidade árabe, que contemple a sua diversidade interna e se afasta do maniqueísmo etnocêntrico reforçado pelo unilateralismo. Isto levou a desenvolver um tipo de justificativa das ações militares como se Bush tivesse carta branca para empreender a sua caçada aos terroristas. Certamente por pressão da opinião pública internacional e dos próprios aliados europeus, os EUA passaram a destacar que a guerra não era contra o mundo árabe, mas, sim contra os terroristas de origem árabe.

Nem por isso os árabes deixaram de ser tratados como suspeitos dentro e fora desse país por parte de agentes do governo e da população.

Um novo modelo de análise foi igualmente reivindicado por Mônica Herz (2001), diante do que se chama “nova forma de confronto”, num contexto de transnacionalização e modernidade tardia, com: a incapacidade do estado para controlar o território, o desprezo pelos direitos humanos e com uma intervenção militar que não garante a estrutura estatal responsável pelo controle seja efetivo. Esta autora também reforçou o equívoco da posição dos EUA, quanto ao erro das ações do governo em deixar de lado as determinações de tempo e espaço da luta contra o terror, o que, leva à contestação do significado de uma guerra que possa ser considerada justa por parte da chamada “coalizão anti-terror”. Esse país se expressou e agiu de maneira falaciosa, reforçando a identidade transacional islâmica como reação ao preconceito, mesmo sem ter assumido abertamente sua visão reducionista de potência dominante, o que acabou repercutindo nas relações internacionais, principalmente no conflito entre árabes e israelenses. Para Herz, os EUA são criticados porque insistem na sua política unilateral, atraindo a ONU à sua conveniência nas resoluções contra o terrorismo internacional, daí, a saída seria a criação de um plano de reconstrução capaz de provisão e manutenção da paz em condições mínimas no Oriente Médio. A posição desse país nessa região repercutiu, ainda, na sua relação com a América Latina por causa do Plano Colômbia e das denúncias feitas às suspeitas de operações terroristas na Tríplice Fronteira trazendo importantes questões para a situação brasileira.

Para Francisco Teixeira (2001) esta questão da Tríplice Fronteira foi especialmente significativa. A postura brasileira inicialmente foi de “perplexidade e paralisia”, com suas implicações econômicas no plano interno e externo, conforme se pode ver pelo Itamaraty e seu esforço de agregar os países americanos evocando o TIAR como forma de manifestar solidariedade aos EUA. No plano interno, Teixeira ressaltou que a discussão da crise e as suas possíveis implicações para o Brasil deixou de contar com a presença do MD. Isto ocorreu porque o governo Fernando Henrique Cardoso não manifestou interesse em enviar tropas ao Oriente Médio, mas

mobilizou-se para fortalecer a defesa civil nacional através do Ministério da Justiça (MJ) e do GSI. Entretanto, o MD só veio a se manifestar tempos depois, sob pressão dos meios de comunicação que contribuíram para aumentar as informações sobre as suspeitas dos EUA da presença dos terroristas na Tríplice Fronteira, o que causou muita irritação ao Planalto. Essas suspeitas foram levantadas pelo mesmo grupo de membros conservadores do governo desse país, referidos anteriormente por Azambuja, ocupam os cargos relacionados aos vínculos com o nosso subcontinente, que denotando desprezo às reais necessidades da região. Teixeira traçou todo um percurso das ações do a Polícia Federal (PF) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ao investigar o caso que passou a ter repercussão na mídia internacional, por causa das denúncias do governo dos EUA e do Mossad. Tal fato fez com que a diplomacia brasileira, então preocupada com as questões comerciais com o Canadá, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o MERCOSUL, passou a ter que considerar esses fatos de risco para a estabilidade regional e a responder até que ponto as declarações dos EUA sobre os terroristas tinham algum fundamento. Em relação a isso Fernando Henrique Cardoso fez um discurso no exterior lembrando a necessidade da comunidade internacional ter que implementar ações mais amplas para reduzir a desigualdade e a instabilidade entre os países do Norte e do Sul e diminuir as pressões terroristas.

Assinalamos que o relato de Teixeira é útil para percebermos o alheamento do MD na participação do debate da crise. Se por um lado o governo de Cardoso quis enfatizar uma resposta não belicista aos acontecimentos, foi inevitável que a componente militar fosse cogitada, pois se tratava de dar ou não apoio à um chamado de construção de uma coalizão proposta pelos EUA. Apesar das críticas do autor podemos considerar que o não envolvimento do MD era fruto da determinação governamental de não demonstrar que o país tivesse vontade em contribuir diretamente para a mesma. Deste modo, ele resolveu apostar suas fichas na credibilidade da ação diplomática.

Foi justamente com esta idéia que o embaixador Mário Gibson Barboza (2001) apelou para a tradição brasileira de fazer diplomacia bem aceita no concerto internacional, lembrando a proposta de

Raul Fernandes sobre a criação da Corte Internacional de Justiça, através de um conceito paradoxal de “cláusula facultativa de jurisdição compulsória”, um ovo de Colombo de extraordinária engenharia jurídica. Para Azambuja seria importante para combater o terrorismo atual, que se apresenta como um inimigo invisível que não se recusa a morrer. Sua concepção desautoriza o emprego das FFAA brasileiras para lutar contra os terroristas, mas, seria bem-vinda uma reforma da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), porque esta não contempla a realidade do mundo atual. No plano institucional, esta organização deve-se seguir o exemplo da OEA considerando o terrorismo como crime de “lesa humanidade” para combater a barbárie. Neste sentido, um esforço significativo seria construir algo parecido com o Plano Marshall a fim de ajudar o Oriente Médio a superar as suas dificuldades.

Um civil de posição centrista, ao mesmo tempo autor de críticas e de apoio aos EUA foi o embaixador Afonso Arinos de Melo Franco (2001) concordou com a visão de ser o 11 de setembro um “crime contra a humanidade”, onde, o ocorrido foi apenas a “ponta de um iceberg” de uma articulação internacional bem maior. Sua posição em relação aos EUA se divide em dar razão à solidariedade emprestada pela comunidade internacional, pois esse país, apesar de suas falhas, já ajudou a Europa três vezes no século XX: nas primeiras duas guerras mundiais e na luta contra o comunismo. Entretanto, Arinos se escorou na doutrina social cristã da Igreja Católica para buscar a paz e a cooperação mundial, respondendo o ódio com “justiça e amor”, sem fomentar a vingança, mesmo considerando que o terrorismo também é fruto do comportamento diante dos outros países, em busca de seus interesses unilaterais, como o petróleo e a manutenção de seu poderio em várias regiões, como no Oriente Médio. Assim a coalizão montada pelos EUA para a guerra nesta região teve um custo a pagar, fazendo-os repensar no seu “destino manifesto”, impulsionador de seu imperialismo e de suas atitudes no mundo globalizado. Foram feitos acordos com a Rússia, China e Israel e alguns países árabes para manter sua presença de superioridade e satisfazer seu eleitorado interno. Arinos afirmou que o combate ao terror deveria ser feito pelo Conselho de Segurança da ONU, com base nas resoluções sobre o tema, tomando várias medidas pertinentes ao invés daquilo que fizeram

os EUA, aumentando o ódio contra si mesmo. A própria mídia deste país incita à violência com a sua produção televisiva e cinematográfica. Para reverter essa situação, causada entre o Norte e o Sul, e fazer uma globalização solidária seria necessário enxertar a doutrina social da Igreja no liberalismo atual. Além disso, caberia ao Brasil considerar o terrorismo como crime hediondo, com base na Constituição e nas resoluções da ONU sobre o tema.

Neste debate evidente neste debate percebermos o evidente destaque atribuído à posição dos EUA no âmbito mundial, como as exposições anteriores contrárias ao seu unilateralismo e seu belicismo, ainda que relevados por alguns em nome da solidariedade internacional. Sobre este aspecto ressaltamos a insistência de um parlamentar de esquerda ao aprofundar a crítica à superpotência e a sua defesa por parte de um jornalista de direita.

Aldo Rebelo (2001) lembrou as transformações pós Guerra Fria e a maior presença da China no ambiente mundial, assim como a Índia, que vem se afirmando neste cenário. A realidade mundial de hoje contém uma grande onda nacionalista e fundamentalista, onde se inserem os grupos islâmicos, ao ver do deputado, muitos que foram insuflados pelos EUA para aumentar a sua influência no Oriente Médio, no passado. Tal influência é notória para as questões culturais e econômicas, como o petróleo, que é o alvo da cobiça dos EUA com a guerra. Este "leque ampliado" de atuação inclui também a América Latina através da Colômbia, o que traz repercussões para o Brasil, por causa da extensão de sua fronteira oeste. A postura desse parlamentar foi a de lembrar que os irmãos do norte não seriam muito bem intencionados como possa parecer por causa dos seus interesses econômicos e políticos. Desta forma, o Brasil deve buscar o princípio e a prática do multilateralismo com muita vontade política, paciência e determinação espiritual para vencer as dificuldades internacionais. Com essas idéias em mente, faz-se necessário dotar as FFAA de capacidade estratégica, considerando a defasagem tecnológica apesar das restrições orçamentárias. Além, disso, é importante que haja maiores aprofundamentos dos vínculos com a sociedade através de suas entidades representativas, como o Clube de Engenharia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades brasileiras.

Vale comparar alguns aspectos do que apresentou Rebelo com a visão de Olavo de Carvalho, um intelectual assumidamente de

direita, o que vem a ser pouco comum no Brasil, mesmo em debates acadêmicos. Ele insistiu na necessidade da revisão conceitual onde o terrorismo deve ser entendido não como o inimigo, mas, como seu instrumento de ação. Daí, ser importante rever o uso de termo e que as fontes sejam bem analisadas para que a propaganda não favoreça somente aos inimigos os EUA, contrariando o equívoco estabelecido na opinião pública mundial. Para Carvalho, é bom lembrar que este país se impôs primeiramente por suas idéias e, só depois, pelas armas. A sua percepção revelou também uma antipatia e uma crítica ao marxismo, por se utilizar de instrumentos de análise defeituosos para ler o desenrolar histórico do século XX e XXI, com a criação da “nova ordem internacional”, termo que o autor rebate, pois teria sido criado pelos intelectuais da *London School of Economics* para outra finalidade analítica: criticar o neoliberalismo. Com sua verve de suscitar questões ideológicas, ele afirma que, o grande problema atual estaria na educação e no patriotismo. Eles têm sido minados por uma concepção internacionalista através da Organização das Nações Unidas para a Cultura e Cooperação (UNESCO), que tem por finalidade destruir as identidades nacionais e demoli-las, tanto no Brasil como nos EUA e nos demais países. Esse autor reparou na adversidade aos EUA que existe no Brasil, mas lembrou a história ocidental para mostrar as conseqüências nefastas do imperialismo europeu, o que não é sempre considerado em nosso país. Por isso deve-se recordar os problemas da América Latina, África e Ásia, não apenas quanto ao imperialismo dos EUA, mas também pelo que a Europa fez com as suas ex-colônias.

Em vários aspectos de sua análise sobre a cultura contemporânea, assinalamos que a despeito de suas críticas questionáveis ao pensamento marxista, destacamos a importância de considerar a relação entre o Norte e o Sul, como no caso entre nós e a Europa. Num contexto de acirrados questionamentos aos EUA não podemos deixar de lado os efeitos extremamente negativos da herança européia entre nós. Tampouco pode ser desprezado o fato de que países europeus apoiaram as ações militares dos EUA, pois se tornaram parceiros na coalizão antiterror com seus laços históricos com a superpotência ocidental.

O embaixador Goyos Júnior (2001) deu sua contribuição considerando a atuação dos organismos internacionais que nem

sempre privilegiam a democracia, tampouco o estado de direito no contexto mundial. Aqui ele ressalta a imposição de interesses dos EUA que afetam a América Latina e África, mas ainda o Japão e a Europa. Este país manipula tais organismos ao seu favor, impondo uma globalização aos países periféricos de forma etnocêntrica, que são submetidos às normas e padrões do núcleo de poder dos países centrais. Isto se relaciona ao unilateralismo e à idiosincrasia que põe em risco o império da lei e o direito internacional com a sua “guerra contra o terror” e a ALCA. Caberia ao Brasil resistir a tais imposições fazendo alianças de cooperação com a China, Índia, África e Coréia do Sul para diminuir as vulnerabilidades atuais e aliviar as pressões dos EUA. Sobre o terrorismo, o Brasil deveria considerá-lo um ato de guerra e não somente um crime político (como consta da Lei de Segurança Nacional) ou individual, segundo o código penal.

Notamos aqui a posição mais propositiva expressa aqui por Goyos Júnior que tem encontrado guarida no pensamento político-estratégico brasileiro, insistindo na maior aproximação do Brasil com a China, Coréia do Sul, África e Índia para contrabalançar as pressões do Ocidente. Esta proposição tem sido viabilizada pelo governo brasileiro com relativo sucesso a longo da última década, como demonstram as reuniões multi e bilaterais assim com os acordos e convênios assinados na área de cooperação comercial – militar. Entretanto, entre os analistas houve uma posição singular de apoio aos EUA, como a do jornalista Antônio C. Pereira (2001), para quem a opinião pública mundial e os políticos se equivocaram ao responsabilizar este país por ter sofrido os ataques terroristas em 2001. Outro equívoco foi a classificação do ocorrido como um “choque de civilizações”, classificação indevida e instrumental de Huntington, segundo Pereira, um intelectual a serviço do Departamento de Defesa dos EUA. Mas ele jornalista sustenta que não seria correto o culpabilizar sistematicamente esse país nem aderir à teoria da conspiração. O mais correto seria analisar os erros e os acertos de um evento dessa monta; por exemplo, Pereira afirmou que os EUA não foram unilaterais, pois, a sua coalizão contou com cerca de vinte países participantes, além do aceite da Rússia, da presença da Alemanha etc.

O terror, é para esse analista, fruto da pobreza, então deve-se promover o seu combate com base no interesse nacional para redução

da mesma, sob o risco de inviabilizar a civilização. Por esta razão, o Brasil tem que investir seus esforços nesse caso, além de se manter alerta em relação à Colômbia, com uma efetiva preparação diplomática e militar. Pereira opina que os brasileiros têm que deixar de lado o “bom-mocismo”, sendo a via do combate legítima quando a civilização está em risco. Só depois da retaliação militar é que se deve buscar o direito internacional. Isto justificaria porque os EUA agiram com a sua máquina militar no Oriente Médio, pois este país não poderia ficar quieto, conforme o passado recente demonstrou, causando a potencialização da força dos terroristas.

Em nossa avaliação, ressaltamos que o pensamento sobre o uso de armas de Pereira é polêmico e problemático, dentro de um país de cultura pacifista como o Brasil, por causa de sua preponderância no uso das armas, seguido em segundo plano do apelo ao direito internacional, mesmo que seja para salvar a civilização. Entretanto, julgamos válida a sua preocupação com o despreparo da nossa diplomacia e FFAA em responder às necessidades de defesa, caso haja uma crise sem precedentes na fronteira com a Colômbia, seja com a participação das FARC, seja dos militares colombianos com o apoio dos EUA.

### ***As Missões das Forças Armadas e a Revolução dos Assuntos Militares***

Um dos civis de maior presença na discussão da máquina militar contemporânea no Brasil é o embaixador Marcos Camilo Côrtes, membro do conselho permanente da ESG, que se especializou em discutir a Revolução dos Assuntos Militares (RAM). Evoca aí a dúvida acerca do termo, se ele representa uma evolução uma revolução, como o faz Vidigal. Em sua vertente tecnológica na sua vertente organizacional este conceito está pleno de questionamentos inquietações, que influenciam enormemente no paradigma da constituição da máquina militar contemporânea no mundo desenvolvido, como é o caso da OTAN e do Japão e da Alemanha e da constituição de uma Força Armada Européia. Tais modificações nas duas vertentes alimentam as observações das quais surgem implicações sociológicas, que classificam a etapa atual como sendo o pós-modernismo militar, que tomou fôlego a partir do início

da década dos 1990 e se desenrola nos dias atuais. O embaixador traçou um quadro temporal e classificatório, que é derivada da análise feita por Moskos (2000), subdividido em três momentos: moderno (1900-1945), moderno final (1945-1990) e pós-moderno (1990 até hoje). A classificação compreende áreas temáticas em relação às: ameaças percebidas, definição da missão principal da força, estrutura da força, perfil militar predominante, postura da opinião pública, relacionamento com a mídia, proporção entre quadros civis e militares, postura de cônjuges, homossexuais, quadros femininos, interação com o setor privado e, por fim, os imperativos de consciência. Deste modo, ele faz um esforço de enquadrar a realidade brasileira na sua classificação.

Os riscos em relação às vulnerabilidades nacionais tendem a aumentar num quadro como este, como por exemplo, e no caso da defesa do espaço amazônico, pois o inimigo poderia apenas arrumar um modo de desligar os *transponders* do SIVAM e criaria um caos, do mesmo modo em que pode causar uma pane na distribuição de energia e na rede de computadores. A seu ver não temos uma consciência clara dos valores nacionais, tampouco uma articulação com o empresariado que sustente uma capacidade de defesa desejável. No plano externo, faltaria ao país um "Conceito Diretor" que case a PDN com a Política Externa Brasileira a fim de superar nossas diferenças com os países vizinhos e reduzir as vulnerabilidades. Afora as questões sempre presentes como as ameaças representadas pelo Plano Colômbia e as FARC, as atualizações tecnológicas e organizacionais das FFAA, são prementes como tarefas a serem desempenhadas pelo MD. Isto demanda estabelecer maiores vínculos entre as lideranças civis e os políticos e desenvolver nossa capacidade no plano da indústria bélica e das transformações do SMO para um Serviço Cívico Integral mobilizado em forma de rede e estruturado como base para a criação de uma comunidade Virtual de Inteligência (CVI) e, enfim, uma maior presença de diplomatas nos cursos da ESG. Somar-se-ia aqui os bons resultados da reorganização do Projeto Rondon.

Como afirmamos antes, já nos posicionamos frente à discussão dos chamados RAM e pós-modernismo militar como eles começaram a ser percebidos dentro da MB desde o final do século XX e o início do XXI. É um tópico que consideramos bastante relevante

para encaminhar as nossas pesquisas sobre como se tem dado a modernização das FFAA brasileiras, especialmente a MB. Este é um assunto abrangente e importante, que tem repercussões muito relevantes para a formação militar contemporânea e o perfil organizacional que venha a ser adotado na corporação naval fazendo uma cópia adaptada a uma Força de porte médio como a nossa dos modelos correspondentes nos outros países, do Norte ou do Sul. Avaliamos que as suas propostas desse embaixador de criar um serviço voluntário civil e uma comunidade de inteligência, além da reestruturação do projeto Rondon, merecem uma avaliação e análise mais aprofundada para embasar as decisões governamentais. Contudo, o que nos chama à atenção é que este embaixador visa revigorar o binômio esguiano “segurança e desenvolvimento” no contexto da PDN de 1996, então em vigor, documento que ele considera “péssimo”, pois não tem, dentre outras qualidades, uma declaração mais clara sobre quem seriam os nossos inimigos. Neste sentido, pensar sobre as RAM no caso brasileiro significa contextualizar os pilares do desenvolvimento com a segurança, que o embaixador entende ser uma demonstração da visão sistêmica, tão evocada nos dias de hoje. Assim, para ele, o país poderia seguir o seu destino de “potência ascendente”, tornando-se o núcleo regional de hegemonia dentro de uma entidade de União sul Americana (USA), um passo de ousadia que deveríamos dar como país assim como uma área de livre comércio em nosso subcontinente (ALCSA).

No aspecto relacionado ao binômio, nossa perspectiva é distinta dessa, por causa da herança do casamento entre segurança e desenvolvimento é bastante polêmica, conforme ocorreu no período ditatorial brasileiro. Como se sabe, este foi um momento no qual a ESG procurou influenciar e ser uma referência intelectual para o país. A busca pela atualização desse binômio é uma justificativa de ressurreição do “Brasil-potência”, a nosso ver, incompatível com a realidade atual.

Ao levantar questões sobre as missões, o preparo e o emprego das FFAA e a RAM Maria Celina D’Araújo (2003) traçou um panorama bastante amplo sobre a conjuntura sócio-política da América do Sul desde a transição da ditadura à democracia. Ela mostrou algumas diferenças de suas realidades específicas a alguns

dos seus países, trazendo algumas incertezas, atitudes populistas em alguns países, daí, o esforço conjunto da OEA e do MERCOSUL para manter a democracia na base de suas constituições. Isto porque as relações civis-militares têm sido distintas no encaminhamento sobre as questões da autonomia militar, criação do MD, narcotráfico, desaparecidos etc. Sobre o emprego das FFAA esta autora deteve-se em analisar o combate à criminalidade por causa da crise social e de segurança pública existente no Brasil. Sua posição descartou que os militares das FFAA sejam empregados nessas operações. Do mesmo modo, afirmou ser essa crise muito mais séria e profunda do que as dificuldades do aparato policial. Esta é uma questão que incide num tópico da RAM porque se relaciona ao espectro das novas missões possíveis de serem realizadas pelas FFAA em função das pressões de grupos político-partidários, movimentos sociais e setores dos meios de comunicação. Em seu balanço ela viu como positivo que esses militares não queiram fazer papel de polícia como no caso da violência urbana, em intervir na crise do governo Fernando Collor e se manterem enquadrados à criação do MD no governo Fernando Henrique Cardoso, superando dificuldades de divergências internas a cada ramo no tocante às especificidades profissionais. Contudo, nossas polícias são ainda militarizadas e as FFAA têm poderes específicos de polícia, segundo a determinação governamental, o que ao ver de D'Araujo, aumenta a possibilidade de intervenção interna e não trata de outras medidas importantes para reformar as polícias estaduais.

Hélio Jaguaribe(2003) fez também uma análise sociológica de recorte histórico para contextualizar os assuntos militares, igualmente associando o sentido do termo revolução e evolução, não sem antes ressaltar o "espírito crítico" e a "seriedade" que tem encontrado na EGN. Sua narrativa faz referência à evolução do armamento da flecha aos dias atuais, passando pelo tempo da pólvora e está relacionada ao contexto de ameaças de cunho sócio-político dos povos. Ao retratar a situação brasileira, fez uma lista de hipóteses, nas quais, o país poderá ser ameaçado: ataque de superpotência ou potência estrangeira, países vizinhos, transbordar de conflitos fronteiriços, narcotráfico e rebeliões internas. Neste caso, o problema seria a capacidade real de dissuasão que o Brasil venha a ter para enfrentar tais ameaças, o que está intimamente ligado à sua condição socioeconômica.

Apesar da interdependência entre os países na globalização, Jaguaribe vê possibilidades de construir espaços autônomos onde o Brasil pode se mover, desvincilhando-se do alinhamento automático com os EUA e buscando alternativas para que nossa realidade seja como é a Itália atual. É certo que a busca por este caminho levará ao confronto com este país e o Brasil precisa estar preparado no campo diplomático e governamental como um todo. O caminho seria a redução da dependência de capital externo, a redução da participação estrangeira de quase 50% na economia nacional e redução da taxa de juros. Outras medidas seriam fortalecer o MERCOSUL (que se encontra debilitado com o neoliberalismo) para servir de base de criação da ALCSA em contraposição à ALCA. Porém, o Brasil teria ainda que ampliar a sua ação para a Rússia, Índia e China além da Europa, que está mais perto de nós que os EUA por razões históricas. Neste continente é importante lutar contra o protecionismo, fruto de uma “falta de confiança”, em si mesmos. Nossa máquina militar carece não só de recursos, mas, ainda de um sistema de defesa nacional consistente. Por isso, Jaguaribe sustentou que devemos aumentar nosso potencial naval com submarinos de propulsão convencional e nuclear. Uma política de desenvolvimento autônomo deveria unir tecnologia e humanismo para estabelecer uma cultura mais rica, criativa e sólida e não tenha uma nação de fachada, reconhecida apenas no hino, na bandeira, no brasão e nas paradas cívico-militares.

Para Jaguaribe um novo “modelo econômico” seria preciso, mas, o governo Fernando Henrique Cardoso embora tivesse muitos méritos, ainda manteve o país muito dependente do mercado internacional, levando o país ao estrangulamento sócio-econômico. Romper esta postura tornaria o país mais forte e com uma economia que iria além das exportações de produtos industriais das multinacionais existentes aqui, assim como de café e de soja. Este caminho contribuiria para fortalecer a democracia, porque combateria as desigualdades sociais, e ajudaria o Brasil a exercer uma “liderança por cooptação” no subcontinente, com o respaldo da opinião pública.

Destacamos aqui a propriedade dos aspectos levantados por esses cientistas sociais sobre A RAM ao se deterem em discutir questões menos técnicas, como o tipo de armamento e de sistema

eletrônico, para remeter o tema ao contexto da política interna e externa do país e seus vizinhos. De fato, não se pode negar a realidade socioeconômica dos países latino-americanos, que sofrem um constrangimento profundo na sua capacidade de mudar as condições sociais por causa da influência dos países capitalistas desenvolvidos do Norte. Como se sabe, há uma evidente vinculação entre a estabilidade institucional da ordem democrática com a situação econômica, que sofre sérios abalos se não houver algum tipo de distribuição mais eqüitativa da riqueza. E ainda, nesta situação é muito difícil explicar ao povo que há necessidade de aumento do gasto com a máquina militar numa região que não sofre evidente ameaça de ataque externo e de conflito entre seus Estados, sendo reconhecida como área de paz e cooperação. Para o caso da MB o investimento no navio submarino convencional e, sobretudo, o de propulsão nuclear, tão desejado pela corporação, tem sido postergado por falta de recursos e estabelecimento de outras prioridades orçamentárias. O máximo que ela tem conseguido é tentar sair do sucateamento comprando equipamentos deixados de lado pelos países ricos e tocar com atraso o seu plano de reequipamento. Isto resulta no fato de que o esforço em mobilizar a opinião pública nacional para aprimorar a sua credibilidade e importância dissuasória é muito maior que o retorno financeiro necessário para realizar a sua missão.

O aspecto relacionado ao emprego das FFAA levantadas por D'Araújo nos parece importante, como se pode ver na sua repercussão na opinião pública brasileira que transparece nos meios de comunicação, posto que a mobiliza para tratar da crise da segurança pública. Nisso há equívocos quanto à capacidade e treinamento das FFAA para combater a criminalidade, o oportunismo de políticos do Legislativo e do executivo, além da autonomia político-institucional das FFAA que se recusam a agir como "gendarmes" dos governos estaduais e federal, os quais têm mostrado ineficiência na operacionalização de suas polícias, sobretudo as dos estados membros da Federação. Assim, consideramos que é válido o argumento de que devemos atentar para o problema da violência de maneira mais profunda, em suas raízes econômicas, políticas e culturais além de pensarmos na reforma do aparato policial. Entretanto, este é um assunto complexo, por muitos considerado

um tabu, como, por exemplo, a reforma do sistema jurídico e as atribuições das FFAA na garantia da lei e da ordem segundo o texto constitucional, das quais já manifestamos discordância desde a sua promulgação. Embora esta questão tenha maior impacto no EB, através do corpo de Fuzileiros Navais a MB tem se preparado para as missões de garantia da lei e da ordem em nossas áreas costeiras, lacustres e ribeirinhas, o que atinge boa parte da população brasileira por causa de sua distribuição geográfica e urbanística. É bom lembrar que os fuzileiros já possuem um batalhão especializado em operações anti-terror, criado há poucos anos, para o caso de alguma eventualidade. Outro aspecto que se refere às conseqüências para a MB é a propriedade da criação de uma guarda costeira, deixando a Força Naval com as suas atribuições clássicas de marinha oceânica para a projeção de poder no mar e proteção da zona econômica exclusiva.

De todo modo, se a decisão política for de que a MB precisa permanecer como está, a discussão sobre uma estrutura de forças e um plano de re-equipamento é politicamente válida, por causa do alto custo econômico da tecnologia necessária, o que nos remete à dimensão levantada por Jaguaribe, sob o risco de comprometer seriamente nossa capacidade de superação de nossas “vulnerabilidades estratégicas”, como a Amazônia, a fronteira oeste e a zona econômica exclusiva (Vidigal, 2003). Na avaliação de nossas dificuldades para combater uma potência inimiga que tenha um aparato tecnológico respeitável, poder-se-ia pensar que, como tem demonstrado a história de conflitos bélicos do passado recente e da atualidade, nem sempre a superioridade técnica é uma vantagem absoluta. Este é o exemplo de conflitos como os da Guerra do Vietnã, do Golfo, do Iraque da luta entre israelenses e palestinos, além dos ataques dos grupos terroristas islâmicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pretendemos analisar alguns aspectos da organização do CEPE-EGN como um espaço de fomento da discussão dos temas nacionais e internacionais que se relacionam à missão, ao preparo e emprego da MB. Isto contribui para que a formação dos oficiais no nível de estado-maior seja mais enriquecida e para

a criação de maiores condições para manter o diálogo com a sociedade civil e outras instâncias da sociedade política brasileira. Por esta razão, a participação de civis tem aumentado o seu significado ao longo das duas últimas décadas, contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia no país. Enfocamos também que o atual momento pelo qual tem passa a educação brasileira com as reformas no ensino superior advinda das transformações sociais na globalização atual ao exigir maior qualificação do pessoal em sintonia com as determinações governamentais. Como uma organização estatal, a MB aproveita esta situação para aprofundar a capacidade de seus oficiais estabelecendo convênios com instituições universitárias aumentando seu intercâmbio com o meio acadêmico e societário. Assim, a corporação dá continuidade a uma ação que vai além da tradicional relação de fazê-lo com o meio empresarial e intergovernamental. Assim, avaliamos a institucionalização de novas práticas, onde a pluralidade do debate político tem aumentado no interior da corporação. No mesmo contexto, as oportunidades de maior conhecimento científico e tecnológico têm sido aproveitadas pelos oficiais como um dispositivo de refuncionalização no interior da corporação e nas outras instituições sociais, ao exercerem cargos e outras ocupações profissionais quando passam para a reserva remunerada e se inserirem no mundo da produção do conhecimento em termos das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este conhecimento agregado tem sido importante na área das ciências naturais e humanas, principalmente nas ciências sociais aplicadas que tem sofrido uma expansão no ensino superior brasileiro, como as relações internacionais, a educação, a administração, além da economia, da história, da antropologia, da sociologia e da política.

Neste sentido percebemos que a MB conta com o envolvimento de civis dispostos a dar algum tipo de contribuição julgada relevante pela corporação. Estes civis que participam dos seminários e conferências do CEPE têm sido de reconhecida presença nas suas instituições de origem e na sociedade em geral. Representam espectros culturais e político-ideológicos distintos ao apresentar as suas percepções dentro de um quadro ora otimista, ora pessimista. Os assuntos abordados são variados e de significação e diferente intensidade, cooperando para pensar a atuação da MB diante das

determinações da PDN e dos interesses nacionais. Esses participantes são mais moderadamente otimistas em relação às possibilidades do Brasil no campo cultural, político e econômico em termos da sua capacidade de lutar para promover a paz e a cooperação regional e internacional utilizando-se na negociação multilateral. A tônica pessimista está na imposição da supremacia dos países do Norte, com a reconhecida hegemonia dos EUA, trazendo conseqüências indesejáveis para a América Latina, que não permite aos países pertencentes a este conjunto, que resolvam seus problemas de injustiça e desigualdade social. As ameaças que pairam sobre a região amazônica também são pontos a considerar no pessimismo manifesto que influenciam na decisão da MB em se preparar adequadamente para aumentar sua presença neste lugar. Porém, a corporação aproveita exata situação para capitalizar o conteúdo simbólico da Amazônia, tentando transferir a adesão da opinião pública ao tema para divulgar a necessidade de maior valorização estratégica do Atlântico Sul, batizando nossas áreas marítimas com o nome de Amazônia Azul.

Outro tema que causa preocupação segundo os expositores é o terrorismo que traz implicações para nosso subcontinente com as pressões dos EUA em nome do combate aos grupos terroristas e o narcotráfico. Isto leva a sociedade brasileira a tomar equivocadamente posição a favor do uso das FFAA no combate à criminalidade, substituindo as polícias, dado que esta atribuição não é referente à sua missão constitucional precípua. Embora tal situação esteja pensada na sua relação com o contexto das novas missões oriundas das novas ameaças, consideramos a impropriedade da transformação das mesmas em corporação policial. A necessidade da organização em manter tem se modificado no momento em que se discute a revolução / evolução dos assuntos militares e a modernização/pós-modernização das FFAA. Este é um tema que passa por recortes filosóficos e sociológicos e na decisão acerca da montagem da máquina militar-naval e na composição do seu efetivo. Por outro lado, implica soar o alarme sobre as características atuais do combate em função da nossa defasagem tecnológica e da construção de um outro perfil em termos de estrutura e funcionalidade. Encontramos maior ênfase dada pelos autores nas características sociais, demonstrando a amplitude do tema para

além das abordagens sobre o tipo de sistema, plataforma e acurácia do tipo de armamento empregado. Há impactos na dimensão organizacional, no caso dos recursos humanos, capazes de influenciar na redefinição do tipo de Marinha que o país tem e necessitaria ter no futuro.

Enfim, o CEPE-EGN tem representado um papel significativo no interior da corporação porque viabiliza a articulação das questões de interesse corporativo e social, no elenco temático de problemas nacionais e internacionais. Por isso avaliamos a necessidade do incremento do diálogo entre o mundo civil e o mundo militar-naval, a fim de contribuir com a reflexão, o planejamento, a ação e a produção do conhecimento dos diversos aspectos, no âmbito da defesa nacional, enquanto política pública, de singular relevância para a cidadania existente no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
2. BARBOSA, L., Painel I. In: ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
3. BARBOSA, M. de M. R. C. O Ministério da Defesa na Amazônia: O programa calha norte e o papel das Forças Armadas na região. In: AMAZÔNIA: UM DESAFIO PARA OS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI, 2003, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
4. BARBOZA, M. G. Painel II. In: ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
5. BRIGAGÃO, C. In: ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
6. BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
7. CARVALHO, O. Painel III. In: ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
8. CÔRTEZ, M. C. A Defesa Nacional e a influência da revolução dos assuntos militares In: A REVOLUÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES, 2003, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
9. D'ARAUJO, Maria Celina, O militar do futuro – o caso do Brasil: democracia, segurança, defesa e forças armadas. In: A REVOLUÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES, 2003, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.

10. JAGUARIBE, H. Revolução ou evolução em assuntos militares? In: A REVOLUÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES, 2003, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
11. GAMA E SILVA, R. A Amazônia Brasileira. In: AMAZÔNIA: UM DESAFIO PARA OS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI, 2003. Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
12. GOYOS JUNIOR, D. N de. Painel III. In: ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
13. HERZ, M. Painel II. ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
14. MELLO FRANCO, A., A, de. Painel ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
15. MOSKOS. C.; WILLIAMS J.; SEGAL, D. **The Post Modern Military**. New York: Oxford- Press, 2000.
16. PEREIRA, A., C. Painel IV. ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
17. RAMOS, G., A. **Redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1965.
18. REBELO, A., Painel III. ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
19. SILVEIRA, C. de C. A formação militar-naval Brasil-Argentina no contexto de cooperação no Atlântico Sul: dois modelos de educação profissional. **Security and defense studies review**,

v.7, n.1, spring 2007. Disponível em: < [http://www.ndu.edu/CHDS/journal/papers\\_bios/CarvalhoSilveira-abstract.htm](http://www.ndu.edu/CHDS/journal/papers_bios/CarvalhoSilveira-abstract.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2009.

20. \_\_\_\_\_. **A formação dos oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001)**. 2002. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais)-Curso de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 2002.
21. TEIXEIRA da SILVA, F. C. Painel II, **ANÁLISE DA NATUREZA DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001**, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM
22. VIDIGAL, A. A. A Defesa Nacional e a influência da revolução em assuntos militares. In: **A REVOLUÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES, 2003**, Rio de Janeiro. 1 CD-ROM.
23. VIRGÍLIO, A. A Amazônia Brasileira. In: **AMAZÔNIA: UM DESAFIO PARA OS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI, 2003**. Rio de Janeiro. 1 CD-ROM